

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	17
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	18
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	21
2.7 Destinação de resultados	22
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	24
2.10 Planos de negócios	25
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	27
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	28
5.2 Descrição dos controles internos	33
5.3 Programa de integridade	38
5.4 Alterações significativas	41
5.5 Outras informações relevantes	42

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2020	2021	2022
Receita bruta	2.989	3.250	3.448
Receita líquida	2.689	2.887	3.048
EBITDA	943	821	(639)
EBITDA recorrente (i)	943	992	807
Resultado do exercício	(205)	(416)	(2.541)
Resultado do exercício recorrente (ii e iii)	(205)	(245)	(628)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040
Dívida bruta (iii)	-	-	1.114
Caixa e aplicações financeiras	361	193	444
Dívida líquida	-	-	670

(i) Ajustado por R\$ 1.314MM de redução de valor recuperável de ativos da Concessão e R\$ 132MM de redução de valor recuperável de ativos individuais.

(ii) Ajustado por R\$ 380MM de baixa de ativos diferidos e R\$ 87MM referentes a redução de valor recuperável de ativos alocada como depreciação acelerada.

(iii) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

A companhia conduziu análises financeiras e optou por realizar a redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 1.533 milhões, além de reduzir o valor reconhecido de ativos diferidos fiscais associados à essa Concessão (R\$ 380 milhões de redução).

É importante ressaltar que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até 2026, ano de término do Contrato atual de concessão. Dessa forma esses efeitos não impactam posição de Caixa e, tampouco, nossas operações e/ou obrigações financeiras (*covenants*).

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 1,983 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 443,9 milhões. O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 4,524 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 193,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,680 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 360,8 milhões.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	685	2.712	5.437
Compra de ativo imobilizado e intangível	(706.691)	(448.777)	(516.090)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(706.276)	(446.065)	(510.653)

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um endividamento com terceiros no montante de R\$ 1.114.690. Ao longo do ano de 2022 a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões.

Ademais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 100.090 e R\$ 100.612, respectivamente.

Nos exercícios anteriores, findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	513.658	-
Debêntures	601.032	-
Mútuos	100.090	100.612
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(443.958)	(193.828)
Dívida líquida	770.822	(93.216)
	63,45%	(92,65%)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A FCA possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros ("Covenants"), com obrigação de medição com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía linha de crédito em aberto.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais**ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS****Em milhares de Reais**

	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	443.958	6,75	193.828	2,28	129,05
Contas a receber	121.923	1,85	101.256	1,19	20,41
Estoques	222.388	3,38	194.350	2,28	14,43
Tributos a recuperar	62.392	0,95	76.009	0,89	(17,91)
Demais ativos	32.312	0,49	24.218	0,28	33,42
Total do circulante	882.973	13,42	589.661	6,92	49,74
Não circulante					
Contas a receber	291.622	4,43	282.346	3,32	3,29
Tributos a recuperar	370.251	5,63	306.248	3,60	20,90
Contas a receber da RFFSA (União)	127.502	1,94	120.394	1,41	5,90
Demais ativos	4.519	0,07	4.493	0,05	0,58
Depósitos judiciais	122.702	1,86	102.670	1,21	19,51
Tributos diferidos sobre o lucro	-	0,00	489.478	5,75	0,00
Imobilizado	1.696.800	25,79	1.703.928	20,01	(0,42)
Intangível	3.083.580	46,86	4.916.393	57,73	(37,28)
Total do ativo não circulante	5.696.976	86,58	7.925.950	93,08	(28,12)
Total do ativo	6.579.949	100,00	8.515.611	100,00	(22,73)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	400.367	6,08	365.663	4,29	9,49
Contas a pagar	22.089	0,34	10140	0,12	117,84
Empréstimos e Financiamentos	13.658	0,21	-	0,00	0,00
Debêntures	2.185	0,03	-	0,00	0,00
Mútuo	100.090	1,52	612	0,01	16.254,58
Tributos a recolher	45.226	0,69	12.951	0,15	249,21
Obrigações sociais e trabalhistas	137.037	2,08	115.362	1,35	18,79
Arrendamentos e concessão	473.027	7,19	667.074	7,83	(29,09)
Antecipações de clientes	26.069	0,40	29.675	0,35	(12,15)
Demais passivos	-	0,00	8.744	0,10	0,00
Receitas diferidas	1.889	0,03	2.050	0,02	(7,85)
Total do passivo circulante	1.221.637	18,57	1.212.271	14,24	0,77
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	500.000	7,60	-	0,00	0,00
Debêntures	598.847	9,10	-	0,00	0,00
Mútuo	-	0,00	100.000	1,17	0,00
Arrendamentos e concessão	1.446.753	21,99	1.819.199	21,36	(20,47)
Receitas diferidas	15.793	0,24	17.680	0,21	(10,67)
Benefícios a empregados	-	0,00	584	0,01	0,00
Provisão para processos judiciais	814.151	12,37	841.453	9,88	(3,24)
Total do passivo não circulante	3.375.544	51,30	2.778.916	32,63	21,47
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.323	70,87	4.663.323	54,76	0,00
Reservas de capital	-	0,00	-	0,00	0,00
Prejuízos acumulados	(2.680.555)	(40,74)	(138.899)	(1,63)	1.829,86
Total do patrimônio líquido	1.982.768	30,13	4.524.424	53,13	(56,18)
Total do passivo e patrimônio líquido	6.579.949	100,00	8.515.611	100,00	(22,73)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 883 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de aproximadamente 49,7%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,96% em 31 de dezembro de 2022 e 102,53% em 31 de dezembro de 2021, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	6.533	1.207
Aplicações financeiras (a)	<u>437.425</u>	<u>192.621</u>
	<u>443.958</u>	<u>193.828</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 7,926 bilhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,697 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representando um decréscimo de 28,1% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 4,916 bilhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3,084 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 37,3% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 1,313 bilhões; as amortizações totais de R\$ 559 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se amortizações de R\$ 471,5 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 1,833 bilhões nos saldos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Redução do valor recuperável	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)
Transferências	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.688.085	164.566	9.255.972
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.176.411)	-	(4.339.581)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.688.085	164.566	9.255.972
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	148.149	-	-	-	148.149
Adições	-	-	-	7	185.516	185.523
Baixas	-	-	211	(21.510)	-	(21.299)
Provisão para baixa de intangíveis e estoques	-	-	-	(145.707)	424	(145.283)
Redução do valor recuperável	-	(1.313.676)	-	-	-	(1.313.676)
Transferências	-	(170.935)	1.014	560.397	(62.926)	327.550
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.168	2.001.317	23.599	6.081.272	287.580	8.436.936
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.176.411)	-	(4.339.581)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(471.545)	-	-	-	(471.545)
Adições	(2.066)	-	(926)	(556.101)	-	(559.093)
Baixas	-	-	(110)	16.973	-	16.863
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(35.594)	(1.580.190)	(22.033)	(3.715.539)	-	(5.353.356)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	7.574	421.127	1.566	2.365.733	287.580	3.083.580

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.221,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um incremento de 0,8% do total do passivo circulante, representado substancialmente por mútuo.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2.778,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.375,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 21,5% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente por contratação de empréstimos (incremento de R\$ 500 milhões) e debêntures (incremento de R\$ 599 milhões).

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,524 bilhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1,983 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representando redução de aproximadamente 56,18% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 2,681 bilhões.

2.1 Condições financeiras operacionais - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	3.048.611	100,00	2.886.693	100,00	5,61
Custo dos serviços prestados	(3.182.854)	(104,40)	(2.739.535)	(94,90)	16,18
Lucro bruto	(134.243)	(4,40)	147.158	5,10	(191,22)
Receitas (despesas) operacionais	(1.676.064)	(54,98)	(380.711)	(13,19)	340,25
Gerais e administrativas	(100.182)	(3,29)	(116.571)	(4,04)	(14,06)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(256.934)	(8,43)	(110.437)	(3,83)	132,65
Redução do valor recuperável de ativos	(1.313.676)	(43,09)	(170.935)	(5,92)	668,52
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(5.272)	(0,17)	17.232	0,60	(130,59)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(1.810.307)	(59,38)	(233.553)	(8,09)	675,12
Resultado financeiro	(241.872)	(7,93)	(137.903)	(4,78)	75,39
Receitas financeiras	46.947	1,54	24.742	0,86	89,75
Despesas financeiras	(312.756)	(10,26)	(186.791)	(6,47)	67,44
Ganhos com variação monetária e cambial	23.937	0,79	24.146	0,84	(0,87)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.052.179)	(67,32)	(371.456)	(12,87)	452,47
Imposto de Renda e Contribuição Social	(489.477)	(16,06)	(45.022)	(1,56)	987,20
Tributos correntes	-	0,00	2.311	0,08	(100,00)
Tributos diferidos	(489.477)	(16,06)	(47.333)	(1,64)	934,11
Prejuízo do exercício	(2.541.656)	(83,37)	(416.478)	(14,43)	510,27
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(17,80)		(3,00)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2022, a receita líquida somou R\$ 3,049 bilhões, representando um aumento de 5,6% sobre o mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2,887 bilhões.

Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 3,183 bilhões, o que representou um aumento de 16,2% em relação ao mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2,740 bilhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2022 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 385 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 257 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022 e no mesmo período de 2021 totalizou R\$ 110 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 146,5 milhões tem como principal impacto o incremento na provisão (despesa) para baixa de ativos, na ordem de R\$ 149,9 milhões e nas receitas de *take or pay* R\$ 23,8 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 233 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1,810 bilhões negativos em 31 de dezembro de 2022, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1,313 bilhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 242 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 138 milhões, representando redução de 75,4%. Tal variação se deu principalmente pelo reconhecimento dos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 58,6 milhões e por reconhecimento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 56,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 371 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.052,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de aproximadamente 452,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1.313,6 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2022 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 2.541,7 milhões frente aos prejuízos de R\$ 416 milhões apurados em 2021.

2.1 Condições financeiras consolidadas ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.541.656)	(416.478)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	1.170.667	1.054.897
(Reversão) provisão para perdas de estoques	(863)	9.725
Perda de recebíveis	611	30.061
Baixa de tributos	27.861	-
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	5.272	(17.232)
Provisões para processos judiciais, líquidas	150.262	90.469
Provisão para baixa de ativos	149.944	-
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(23.937)	(24.146)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	8.288	9.079
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	-	(1)
Juros sobre mútuo	29.292	612
Ajuste a valor presente	(12.227)	(12.456)
Despesas com benefícios a empregados	(49)	(850)
Tributos diferidos sobre o lucro	489.477	47.333
Despesas financeiras – arrendamentos	159.399	172.667
Despesas financeiras - juros sobre financiamento e debêntures	56.888	-
Despesas financeiras - custo transação sobre financiamento e debêntures	299	-
Reconhecimento de créditos tributários	-	(18.493)
Redução no valor recuperável de ativos	1.313.676	170.935
	981.156	1.094.074
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(23.598)	25.636
Instrumentos financeiros derivativos	-	(191)
Estoques	(27.175)	(1.941)
Tributos a recuperar	20.255	57.222
Depósitos judiciais	(17.295)	(17.778)
Contas a receber da RFFSA (União)	(3)	(2.742)
Demais ativos	(1.946)	5.689
Fornecedores	33.814	37.934
Contas a pagar	11.949	(7.242)
Tributos a recolher	32.275	516
Tributos a recolher sobre o lucro	-	7.688
Obrigações sociais e trabalhistas	21.675	26.193
Benefícios a empregados	(535)	(354)
Antecipações de clientes	(3.606)	(4.705)
Provisão para processos judiciais	(177.564)	(108.300)
Demais passivos	(9.572)	3.207
Caixa líquido gerado pelas operações	839.830	1.114.906
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7.688)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	839.830	1.107.218
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	685	2.712
Aquisição de imobilizado e intangível	(706.961)	(448.777)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(706.276)	(446.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida dos custos de transação	1.098.043	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.542)	-
Aporte de mútuo	400.000	100.000
Pagamento de mútuo	(429.544)	-
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(911.381)	(928.150)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	116.576	(828.150)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	250.130	(166.997)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	193.828	360.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	443.958	193.828

2.1 Condições financeiras e patrimoniais - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	193.828	2,28	360.825	3,97	(46,28)
Contas a receber	101.256	1,19	135.403	1,49	(25,22)
Estoques	194.350	2,28	201.417	2,21	(3,51)
Tributos a recuperar	76.009	0,89	76.780	0,84	(1,00)
Demais ativos	24.218	0,28	31.615	0,35	(23,40)
Total do circulante	589.661	6,92	806.040	8,86	(26,84)
Não circulante					
Contas a receber	282.346	3,32	274.208	3,01	2,97
Tributos a recuperar	306.248	3,60	250.182	2,75	22,41
Contas a receber da RFFSA (União)	120.394	1,41	106.843	1,17	12,68
Demais ativos	4.493	0,05	2.702	0,03	66,28
Depósitos judiciais	102.670	1,21	82.899	0,91	23,85
Tributos diferidos sobre o lucro	489.478	5,75	536.811	5,90	(8,82)
Imobilizado	1.703.928	20,01	1.525.164	16,76	11,72
Intangível	4.916.393	57,73	5.514.957	60,61	(10,85)
Total do ativo não circulante	7.925.950	93,08	8.293.766	91,14	(4,43)
Total do ativo	8.515.611	100,00	9.099.806	100,00	(6,42)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	365.663	4,29	328.021	3,60	11,48
Contas a pagar	10.140	0,12	17.382	0,19	(41,66)
Mútuo	612	0,01	-	0,00	0,00
Derivativos	-	0,00	191	0,00	0,00
Tributos a recolher	12.951	0,15	12.435	0,14	4,15
Obrigações sociais e trabalhistas	115.362	1,35	89.169	0,98	29,37
Arrendamentos e concessão	667.074	7,83	685.843	7,54	(2,74)
Antecipações de clientes	29.675	0,35	34.380	0,38	(13,69)
Demais passivos	8.744	0,10	3.950	0,04	121,37
Receitas diferidas	2.050	0,02	2.048	0,02	0,10
Total do passivo circulante	1.212.271	14,24	1.173.419	12,89	3,31
Não circulante					
Mútuo	100.000	1,17	-	0,00	0,00
Provisão para processos judiciais	841.453	9,88	859.284	9,44	(2,08)
Benefícios a empregados	584	0,01	1.788	0,02	(67,34)
Receitas diferidas	17.680	0,21	19.728	0,22	(10,38)
Arrendamentos e concessão	1.819.199	21,36	2.104.685	23,13	(13,56)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	-	0,00	260.000	2,86	0,00
Total do passivo não circulante	2.778.916	32,63	3.245.485	35,67	(14,38)
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.323	54,76	4.663.258	51,25	0,00
Reservas de capital	-	0,00	17.644	0,19	0,00
Prejuízos acumulados	(138.899)	(1,63)	-	0,00	0,00
Total do patrimônio líquido	4.524.424	53,13	4.680.902	51,44	(3,34)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.515.611	100,00	9.099.806	100,00	(6,42)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 806 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de aproximadamente 26,8%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,53% em 31 de dezembro de 2021 e 102,31% em 31 de dezembro de 2020, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.207	3.228
Aplicações financeiras (a)	<u>192.621</u>	<u>357.597</u>
	<u>193.828</u>	<u>360.825</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8,294 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7,926 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 4,4% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas e intangível.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,916 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 10,9% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no montante de R\$ 170,9 milhões; aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 56,1 milhões; as amortizações totais de R\$ 454,9 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se correções monetárias de R\$ 407,8 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 412,9 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 598,6 milhões nos saldos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Transferências	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
Saldo em 31 de dezembro 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.859.020	164.566	9.426.907
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
Impairment	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.347.346)	-	(4.510.516)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um incremento de 3,2% do total do passivo circulante, não havendo individualmente valores relevantes a serem destacados para a variação.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.245,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.778,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 14,4% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2021 foi de R\$ 285,5 milhões, houve também a redução de R\$ 260 milhões em AFAC com o objetivo de aumento de capital.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,681 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,524 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando redução de aproximadamente 3,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 138,9 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.886.693	100,00	2.689.383	100,00	7,34
Custo dos serviços prestados	(2.739.535)	(94,90)	(2.388.393)	(88,81)	14,70
Lucro bruto	147.158	5,10	300.990	11,19	(51,11)
Receitas (despesas) operacionais	(380.711)	(13,19)	(301.602)	(11,21)	26,23
Gerais e administrativas	(116.571)	(4,04)	(95.465)	(3,55)	22,11
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(110.437)	(3,83)	(189.391)	(7,04)	(41,69)
Redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(170.935)	(5,92)	-	0,00	0,00
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	17.232	0,60	(16.746)	(0,62)	(202,90)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(233.553)	(8,09)	(612)	0,02	38.062,25
Resultado financeiro	(137.903)	(4,78)	(297.374)	(11,06)	(53,63)
Receitas financeiras	24.742	0,86	10.648	0,40	132,36
Despesas financeiras	(186.791)	(6,47)	(321.355)	(11,95)	(41,87)
Ganhos com variação monetária e cambial	24.146	0,84	13.333	0,50	81,10
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(371.456)	(12,87)	(297.986)	(11,08)	24,66
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.022)	(1,56)	93.323	3,47	(148,24)
Tributos correntes	2.311	0,08	-	0,00	n/a
Tributos diferidos	(47.333)	(1,64)	93.323	3,47	(150,72)
Prejuízo do exercício	(416.478)	(14,43)	(204.663)	(7,61)	103,49
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(3,00)		(1,62)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2021, a receita líquida somou R\$ 2,887 bilhões, representando um aumento de 7,36% sobre o mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,689 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 2,740 bilhões, o que representou um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,388 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2021 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 277,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 110 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma redução de, aproximadamente, 41,9% em relação ao mesmo período de 2020, quando totalizou R\$ 189,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 79,4 milhões tem como principal impacto um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 31,5 milhões e recuperação de despesas em R\$ 22,5 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 612 mil positivo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 234 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 138 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 297 milhões, representando redução de 53,5%. Tal variação se deu principalmente pela redução nos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 121,0 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 298 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 371 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando aumento de aproximadamente 24,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2021 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 416 milhões frente aos prejuízos de R\$ 205 milhões apurados em 2020.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(416.478)	(204.663)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	1.054.897	943.370
Provisão para perdas de estoques	9.725	4.634
Perda de recebíveis	30.061	2.045
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(17.232)	16.454
Provisões para processos judiciais, líquidas	90.469	281.516
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	191
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(24.146)	(13.333)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	9.079	11.004
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	(1)	174
Juros sobre mútuo	612	-
Ajuste a valor presente	(12.456)	(4.982)
Despesas com benefícios a empregados	(850)	406
Tributos diferidos sobre o lucro	47.333	(93.323)
Despesas financeiras – arrendamentos	172.667	183.815
Reconhecimento de créditos tributários	(18.493)	-
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	170.935	-
	1.094.074	1.125.260
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	25.636	26.805
Instrumentos financeiros derivativos	(191)	69
Estoques	(1.941)	9.495
Tributos a recuperar	57.222	61.362
Depósitos judiciais	(17.778)	13.783
Contas a receber da RFFSA (União)	(2.742)	(468)
Demais ativos	5.689	(9.135)
Fornecedores	37.934	6.818
Contas a pagar	(7.242)	4.582
Tributos a recolher	516	1.588
Tributos a recolher sobre o lucro	7.688	-
Obrigações sociais e trabalhistas	26.193	(25.000)
Benefícios a empregados	(354)	(204)
Antecipações de clientes	(4.705)	(4.541)
Provisão para processos judiciais	(108.300)	(44.978)
Demais passivos	3.207	3.954
	1.114.906	1.169.390
Caixa líquido gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.688)	(3.027)
	1.107.218	1.166.363
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	2.712	5.437
Aquisição de imobilizado e intangível	(448.777)	(516.090)
	(446.065)	(510.653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Aporte de mútuo	100.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	450.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(928.150)	(856.790)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(828.150)	(406.790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(166.997)	248.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	360.825	111.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	193.828	360.825

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

O ano de 2022 foi marcado por um início desafiador para a operação da VLI devido ao elevado volume de chuvas na região central de Minas Gerais, ocasionando paralisações parciais da malha da Ferrovia Centro Atlântica e das malhas de terceiros utilizados pela companhia.

Em 2022, a FCA alcançou uma receita líquida de R\$ 3.048 milhões, com 23.040 milhões de TKU transportados na malha ferroviária.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos siderúrgicos. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado.

Desempenho Operacional

Em 2022, o volume transportado foi de 23 bilhões de TKU, 3,9% menor que o realizado em 2021, em decorrência da paralisação parcial da malha no primeiro semestre de 2022 devido às chuvas. O volume transportado se dividiu-se principalmente nos seguintes segmentos: 52% no segmento de grãos, 18% siderurgia, 15% industrializados, 14% fertilizantes e 1% em outros.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados positivamente pelo crescimento da receita líquida (aumento de R\$ 161 milhões na comparação com 2021).

Por sua vez, os custos dos serviços prestados tiveram um aumento de 16,2% entre 2022 e 2021, alavancados, principalmente, pelo incremento das despesas com depreciação e amortização e combustíveis.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 1.575 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto no resultado de 2022 é proveniente da realização da redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 1.533 milhões. Ressaltamos que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão.

Adicionalmente, em 2022, a administração da Companhia realizou a redução do valor reconhecido de ativos diferidos fiscais associados a Concessão no valor de R\$ 380 milhões.

Diante destes fatores, o resultado operacional contábil da companhia se encerrou negativo em R\$ 2.541 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição foram a variação nos volumes e tarifas.

Segue abaixo quadro evidenciado a variação das receitas e dos volumes nos últimos três exercícios sociais:

Exercício social encerrado em:				Δ 2022 x	Δ 2021 x
(Em milhões de R\$)				2021 (%)	2020 (%)
2.2 Resultados operacionais e financeiro	2020	2021	2022		
Receita bruta	2.989	3.250	3.448	6,1	8,7
Receita líquida	2.689	2.887	3.048	5,6	7,3
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040	-3,8	-3,7

A receita líquida aumentou de R\$ 2.689 milhões em 2020 para R\$ 3.048 milhões em 2022, principalmente em razão dos melhores preços nos segmentos de fertilizantes, grãos e açúcar no negócio ferroviário, que compensaram a queda no volume.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Em 2022 os negócios da Companhia foram desenvolvidos no Brasil e suas receitas são majoritariamente denominadas em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada pela conjuntura econômica do país, que é historicamente caracterizada pela volatilidade, em termos de crescimento econômico, inflação, juros e taxas de câmbio.

O resultado financeiro da FCA, em 2022, foi impactado pelo aumento da despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e de juros sobre contingências jurídicas, apesar de maiores receitas sobre aplicações financeiras quando comparado com o ano de 2021.

Inflação

Nos últimos três exercícios sociais, de 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2022, os índices de inflação no Brasil se apresentaram voláteis dentro do período, nos anos de 2021 e 2022, o IPCA superou o regime de metas de inflação estipulado pelo Banco Central do Brasil.

A inflação impacta direta e indiretamente as operações da Companhia, uma vez que os custos de produção e outras despesas operacionais são normalmente corrigidas por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Assim como, as variações no preço do diesel. No entanto, a política de precificação da companhia prevê o repasse dos efeitos inflacionários com reajustes das tarifas cobradas dos clientes, desta forma protegendo a receita líquida.

Taxa de Juros

O resultado financeiro da Companhia está exposto a riscos associados a taxas de juros, em especial com relação às despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Em geral as dívidas da FCA estão expostas ao CDI (taxa de juros de referência no mercado interbancário brasileiro).

Historicamente, as medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação incluíram a adoção de uma política monetária rígida com taxas de juros elevadas, consequentemente limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico brasileiro.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2022 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que tenham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c) eventos ou operações não usuais.

i. REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando o montante a receber de R\$ 273.928 (2021 - R\$ 261.615).

ii. Redução no valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da FCA identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios, o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026 e a ainda não concretização da renovação da sua concessão.

A FCA possui uma unidade geradora de caixa composta pelos ativos imobilizados e intangíveis da malha ferroviária Paulista e a malha ferroviária Centro Leste, os quais integram um único contrato de concessão, são similares em natureza, uso e dependentes entre si. A renovação da concessão está sujeita a aprovação à exclusivo critério do poder concedente, conforme previsto no contrato de concessão.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da FCA determinou o valor recuperável da unidade geradora de caixa com base no valor em uso, considerando que o valor justo foi inferior utilizando as projeções de fluxo de caixa nominal com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração. As principais premissas seguem listadas abaixo:

Prazo de projeção limitado a agosto de 2026 e;
Projeções de volumes e preços junto aos seus clientes que operam substancialmente nos mercados agrícolas, siderúrgicos, mineração e outros, receitas acessórias, custos variáveis, gastos com manutenção e investimentos, indenização dos ativos reversíveis conforme previsto no respectivo contrato de concessão e taxa de desconto.

Vide tabela abaixo com a relação das premissas qualitativas e quantitativas das análises:

	31/12/2022	31/12/2021
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	1,60%	2,24%
Margem EBITDA (% de receita)	36% a 41%	40% a 51%
Taxa de desconto nominal - %	12,34%	11,06%

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período até 2026. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados.

O dispêndio anual de investimentos correntes diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para a manutenção da Concessão. Ele se baseia na experiência histórica da administração da FCA e não compreende incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

A taxa de desconto foi estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor em uso da unidade geradora de caixa é inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 1.313.676, saldo este equivalente a (52,41%) do valor de uso dos ativos (2021 – R\$ 170.935 e 3,5%, respectivamente), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável.

A perda por redução do valor recuperável originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2022 pelo Conselho de Administração do *business plan* da FCA, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à FCA, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. A FCA alocou os respectivos montantes, conjuntamente com os registrados no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, nos ativos intangíveis atrelados a concessão, dada a: (i) natureza incorpórea destes ativos; (ii) não existência de valor de realização alternativo; (iii) conclusão de que os trechos originalmente objeto da concessão sofreram grande alteração ao longo da concessão, seja por devolução (Resolução 4.131/13) ou pela avaliação de rentabilização econômica dos mesmos.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2020	2021	2022
Receita bruta	2.989	3.250	3.448
Receita líquida	2.689	2.887	3.048
EBITDA	943	821	(639)
EBITDA recorrente (i)	943	992	807
Resultado do exercício	(205)	(416)	(2.541)
Resultado do exercício recorrente (ii e iii)	(205)	(245)	(628)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040
Dívida bruta (iii)	-	-	1.114
Caixa e aplicações financeiras	361	193	444
Dívida líquida	-	-	670

(i) Ajustado por R\$ 1.314MM de redução de valor recuperável de ativos da Concessão e R\$ 132MM de redução de valor recuperável de ativos individuais.

(ii) Ajustado por R\$ 380MM de baixa de ativos diferidos e R\$ 87MM referentes a redução de valor recuperável de ativos alocada como depreciação acelerada.

(iii) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Vide item a.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

As medições não contábeis (EBITDA recorrente e resultado do exercício recorrente) refletem os resultados líquidos dos ajustes extraordinários e logo trazem uma melhor comparabilidade com os exercícios anteriores).

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não aplicável.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Ano	2022	2021	2020 (Reapresentado)
Resultado Líquido (R\$ Milhares)	(2.541.656)	(416.478)	(204.663)

a) regras sobre retenção de lucros.

Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e
- (b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

b) regras sobre distribuição de dividendos.

Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

c) periodicidade das distribuições de dividendos.

Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios.

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.**

Não aplicável.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**

Não aplicável.

- iii. contratos de construção não terminada.**

Não aplicável.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não aplicável.

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Vide item 2.8.

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não aplicável.

- b) natureza e o propósito da operação.**

Não aplicável.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Ferrovia Centro-Atlântica, contou com investimentos correntes e de capital no montante de R\$ 706 milhões para projetos de Via permanente, Vagões, Locomotivas e Pátios relacionados ao plano de negócio da companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora. Adicionalmente, ao longo do ano a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões que ajudaram a suprir a necessidade de caixa para os investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o ano de 2022, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

A Ferrovia Centro-Atlântica, investiu em projeto de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2022, voltado para engenharia de operações ferroviárias, com foco no ativo de ferrovia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2022, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 2,8 milhões, frente aos R\$ 3,8 milhões investidos em 2021.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Em 2022, foram investidos R\$ 2,8 milhões.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2022, foram investidos R\$ 2,8 milhões.

2.10 Planos de negócios

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questão ASG.

O grupo VLI, que engloba suas subsidiárias, incluindo a FCA enxerga oportunidades para o desenvolvimento ASG da companhia. Essas oportunidades reforçam nossa visão de sermos referência em sustentabilidade na logística brasileira até 2030.

Para isso, nos comprometemos com seis compromissos que compõem a nossa agenda ASG intitulada como “VLI para o amanhã – conexões para um mundo melhor”.

Esses compromissos estão distribuídos em 3 pilares com metas estabelecidas para alcance até 2030: Segurança nas operações; legado para o planeta e Valor para as relações. Com esses compromissos, buscamos ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, mitigar as mudanças climáticas e fomentar fornecedores locais.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

No último exercício social, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a) **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A FCA utiliza a política de gerenciamento de riscos de sua controladora, que é aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo com data de última revisão: 31/07/2020, número da política: POL06, a próxima revisão acontecerá no final do exercício de 2023. A presente política estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam Companhia, suas subsidiárias, controladas e Controladoras ("Empresas VLI"), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos.

A estratégia de gestão de riscos observada avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

- b) **os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Riscos estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam a Companhia, suas subsidiárias e controladas (FCA), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos.

A estratégia de gestão de riscos observada pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e além da categoria financeira aqueles das categorias operacional, *compliance* e estratégico.

i. **os riscos para os quais se busca proteção.**

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma relevante os objetivos traçados pela alta administração, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, dentre os quais podemos citar:

(i) **Riscos Operacionais:** são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes dos processos operacionais da Companhia que possam impactar as operações e utilização da capacidade instalada. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Companhia, além do potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

(ii) **Riscos Estratégicos:** são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir seus objetivos e são decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças regulatórias ou no setor logístico, em especial relativos à demanda dos clientes, estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes segmentos.

(iii) **Riscos Regulamentares:** são riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia, cuja perda ou aplicação de penalidades, possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro, operacional ou reputacional.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iv) **Riscos de Continuidade do Negócio:** são riscos de paralisação das atividades da Companhia em virtude da não obtenção ou não renovação de concessões, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais.

(v) **Riscos de Custos:** são riscos de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias.

(vi) **Riscos de Controle:** são riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações da Companhia, incluindo, mas não se limitando a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia.

(vii) **Riscos de Saúde e Segurança:** são riscos associados à segurança dos empregados devido a execução de atividades e tarefas classificadas como críticas e que se não devidamente controladas podem conduzir a fatalidades.

(viii) **Riscos de Instalação:** são riscos associados a eventos de processo e que implicam, se materializados, em severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos geotécnicos.

(ix) **Riscos de Crédito:** são riscos associados a eventos que impliquem em dificuldades para obtenção de crédito.

(x) **Riscos de Demanda:** são riscos associados às oscilações de demanda pelos produtos transportados.

(xi) **Riscos Socioambientais:** são riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução da consequente estratégia de tratamento. Destacam-se abaixo as principais práticas adotadas pela Companhia para fins de proteção aos riscos expostos:

(i) no que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte;

(ii) a fim de mitigar o risco de aumento de preço de produtos, como de combustível, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização deles;

(iii) a Companhia define controles capazes de prevenir a ocorrência ou mitigar as consequências relacionados a riscos relacionados à segurança do trabalho;

(iv) a Companhia identifica e implanta controles capazes de modificar a probabilidade de ocorrência de eventos de severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos geotécnicos, os quais são periodicamente inspecionados através de protocolos específicos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(v) de modo a minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a Companhia adota uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A Companhia efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento; e

(vi) de modo a minimizar os riscos de demanda pelos produtos transportados, a Companhia tem investido na melhoria da qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar que, como concessionária pública, a Companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como “usuários dependentes”. Para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato, de longo prazo, que garante o volume ou a receita.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia adota em sua Política de Riscos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

1ª Linha de Defesa: A primeira linha é representada por todos os administradores, gestores e empregados da Companhia e de suas empresas controladas, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

2º Linha de Defesa: A segunda linha é composta por áreas técnicas de riscos e integridade, coordenada pela Área de Controles Internos, pela Área de Riscos e pela Área de Ética e Conformidade, que fornecem a metodologia, sensibilizam e supervisionam a primeira linha. A integração e interação entre as duas linhas conta com apoio e suporte da Diretoria Executiva para que o processo seja operacionalizado e internalizado em todos os níveis da organização. Também atuam na segunda linha outras áreas, tais como Controladoria, Segurança Empresarial, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Segurança da Informação, Gestão de Crise e Continuidade de Negócios, Regulatório, as quais adotam as especificações técnicas necessárias, para mensurar a probabilidade e o impacto dos riscos, de acordo com cada disciplina de risco.

3º Linha de Defesa: É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Não Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos. A Auditoria Interna possui total independência em inspecionar e auditar a segunda e primeira linha. Na segunda linha a Auditoria Interna verifica a estrutura e o desempenho das áreas de riscos, controles internos e conformidade, em relação aos resultados reais *versus* propostos. Na primeira linha confronta a informação obtida da segunda linha, realizando testes de controle, análise e avaliação de riscos junto aos gestores da primeira linha. Dessa forma a organização possui cobertura total das três linhas. O canal de comunicação da terceira linha é direto com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Não Estatutário.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos abaixo:

(I) Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração (i) aprovar as diretrizes da gestão de riscos previstas na Política, bem como suas revisões futuras; (ii) auxiliar a Diretoria na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta; (iii) estabelecer nível de exposição aceitável dos riscos (tolerância ao risco); (iv) acompanhar o perfil de riscos da organização e os planos de ação definidos em resposta aos riscos prioritários que estiverem fora das margens de tolerância; (v) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (*compliance*) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.

(II) Diretoria Executiva

Cabe à Diretoria Executiva: (i) garantir que as áreas de 1ª linha e de 2ª linha de defesa disponham de recursos adequados, independência técnica necessária e orientação metodológica correta definição da matriz de risco; (ii) adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões deste órgão, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos; (iii) avaliar o desempenho dos indicadores de riscos considerados prioritários; (iv) garantir que a Área de Riscos revise, no mínimo bianualmente, a Política; (v) determinar que o Diretor diretamente responsável pelo risco prioritário providencie a instauração de procedimento para a apuração de motivos no caso de não cumprimento das medidas de resposta ao risco; (vi) avaliar, no mínimo anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de Riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação.

(III) Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê de Auditoria")

Cabe ao Comitê de Auditoria : (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (ii) auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento de controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*; [(iii) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes; (v) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (vi) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas; (vii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia.

(IV) Área de Riscos

Cabe à Área de Riscos: (i) analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(ii) prestar contas aos membros da Diretoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida; (iii) monitorar planos de ação associados aos riscos não tolerados das atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos entre os colaboradores da Companhia; e (iv) realizar análise crítica das informações dos riscos considerando apetite de riscos aprovado da Companhia.

(V) Auditoria Interna

Cabe à área de Auditoria Interna atuar de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna tem como responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, avaliar a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

(VI) Área de Controles Internos

Cabe à área de Controles Internos: (i) apoiar as áreas na criação de controles para mitigação de riscos e testar para entender se os controles são adequados; (ii) avaliar o desenho dos controles; e (iii) disseminar, treinar e recomendar a cultura de controles internos entre os colaboradores da Companhia.

(VII) Comitê Operacional

Cabe ao Comitê Operacional: (i) acompanhar indicadores e iniciativas de Saúde e Segurança e e investigação de acidentes graves; (ii) acompanhar as ações dos riscos prioritários operacionais; (iii) recomendar sobre a adequação e a alocação de recursos, inclusive de emergência, para implementação das ações mitigatórias dos Riscos operacionais, de Saúde e Segurança ou Segurança Operacional; (iv) acompanhar os pontos e ou ações referentes a vulnerabilidades operacionais, de Saúde e Segurança ou Segurança Operacional identificadas nos diagnósticos de Gestão de Riscos e Controles Internos; e (v) acompanhar e recomendar os investimentos de capital de responsabilidade do Conselho de Administração.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Os controles internos, apreciados e aprovados, no mínimo, semestralmente, consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- (i) eficiência e efetividade operacional;
- (ii) confiança nos registros de dados e informações;
- (iii) conformidade; e
- (iv) abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras. A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance.

Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

b) as estruturas organizacionais envolvidas.

A VLI S.A, controladora da FCA, dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disto, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e Compliance, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S.A. controladora da FCA.

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente,

5.2 Descrição dos controles internos

nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

RECONHECIMENTO DE RECEITA:

Apesar de possuir procedimentos de verificação e reconciliação, além de controle automático em fase de implementação para assegurar maior controle nos processos relacionados ao reconhecimento da receita com o objetivo de assegurar pela acuracidade e completude da rubrica, sugerimos que a Companhia aprimore seus controles manuais já desenhados e implementados a fim de reduzir a possibilidade de erros materiais e formalize passo específico de revisão de forma a garantir pela (a) verificação executada pela Gerência de Contas, a qual é responsável pelo cálculo do reajuste da tarifa e solicitação da confirmação do cliente para o novo valor; (b) reconciliação realizada pela Área de Normatização com o objetivo de fazer com que os valores das tarifas no sistema reflitam as memórias de cálculo elaboradas em função das alterações de preços ocorridas pelo reajuste de diesel e atingimento de volume previstas em contrato, bem como em decorrência de renegociações comerciais, evitando assim faturamentos pela tarifa incorreta e incompletos.

É importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre o reconhecimento de receita. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as evidências fornecidas para formalizar as atividades de controle com elemento de revisão. Toda a documentação deve ser mantida de modo que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração

Ao longo de 2022 a Gerência de Faturamento Integrado e Proteção ao Caixa em conjunto com as áreas de Pricing e Business Partner Performace, realizaram trabalhos a fim de ter controles sobre os reajustes de preço conforme determinado em contrato, seja por data base ou diesel, através da padronização da planilha com os dados do reajuste tarifário para todos os Gerentes de contas. Esta planilha é a fonte do time Normativo para a atualização sistêmica e do time de Business Partner Performace realizarem as análises quanto a aplicação correta dos reajustes nas tarifas e os impactos da mesma no resultado.

Além deste trabalho, a Normatização se juntou ao time de Pricing para aumentar a quantidade de contratos dentro da plataforma Jetsons Preço, esta que faz a gestão automática do preço conforme paramétricas de contratos, garantindo mais segurança e agilidade no processo.

Diante de todas as iniciativas apontadas acima, é notório todo o esforço dedicado a garantir a devida aplicação de reajuste tarifário.

Os contratos que ainda não estão no Jetsons Preço são analisados pelo controle implementado e padronizado com a comercial, conforme mencionado acima, permitindo as devidas análises sobre os reajustes de preço.

No decorrer do ano de 2023 há um forte trabalho para inclusão de todos os contratos na plataforma Jetsons Preço. Atualmente o segmento de grãos foi fonte de uma grande mudança relacionada aos instrumentos comerciais jurídicos, outra iniciativa importante na mitigação de riscos e controle de toda a comercialização. Com esta modernização e atualização dos instrumentos jurídicos, caminhamos para a inclusão da totalidade dos instrumentos na plataforma.

ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS IMOBILIZADOS E INTANGÍVEL (“IMPAIRMENT”) E DEFINIÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS ATIVOS RELACIONADOS A CONCESSÃO:

5.2 Descrição dos controles internos

Apesar de ter preparado um memorando descritivo e possuir rotinas de conferência para assegurar maior controle nos processos relacionados à análise de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível, com objetivo de obter a melhor acuracidade de sua mensuração, sugerimos que a Companhia aprimore seus controles já desenhados e implementados a fim de reduzir a possibilidade de erros materiais, e formalize os passos específicos, a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos relacionados à análise de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (“impairment”) que permitam identificar e endereçar possíveis inconsistências por meio de evidências documentais no que tange à conferência matemática da acuracidade do fluxo de caixa descontado (links e fórmulas), bem como conciliações das memórias de cálculo das principais premissas com as informações apresentadas no modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre a análise de recuperabilidade. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia. Sugerimos avaliar a possibilidade de antecipar a data base do teste de impairment de 31 de dezembro para 31 de outubro, como forma de ter tempo hábil para concluir os entendimentos e documentações necessárias para o fechamento das demonstrações financeiras anuais.

Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração

O teste de impairment é realizado com base no Business Plan do grupo VLI (BP) que possui um processo robusto e maduro, desenvolvido com todas as áreas da companhia, com validações de diversos níveis, técnicos, gerenciais, da diretoria da companhia e dos acionistas. Este BP oficial da companhia é a melhor visão e toda suportada pelas áreas de maior expertise em cada tema. Ele é a base para o teste de impairment, não tendo assim o que se falar em checks e validações adicionais, pois todos são realizadas e revisados pelas pessoas de maior competência a cada tema na companhia.

Adicionalmente não recebemos qualquer reporte da auditoria sobre divergências entre valores considerados no BP e os backups apresentados.

Devido ao relato acima, a companhia entende que a única divergência de fato encontrada neste processo, foi um erro na planilha de cálculo, que foi corrigido, assim não compreendemos porque este ponto se mantém como uma deficiência significativa, que como conceituado neste documento deve ser “Deficiência significativa de controles internos é a deficiência ou a combinação de deficiências de controles internos que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança.”

A administração mesmo tendo como pilar de sua cultura e entender que sempre haverá oportunidades de melhorias em seus processos e controles, discorda que este ponto seja uma deficiência significativa.

REALIZAÇÃO TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE O LUCRO:

Apesar de possuir rotinas de conferência para assegurar maior controle nos processos relacionados à análise de realização de tributos com objetivo de obter a melhor acuracidade de sua mensuração, sugerimos que a Companhia aprimore seus controles já desenhados e implementados a fim de reduzir a possibilidade de erros materiais, e formalize os passos específicos a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos, relacionados à

5.2 Descrição dos controles internos

análise de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos que permitam identificar e endereçar possíveis inconsistências e eventuais ausências de documentação suporte relacionadas a (a) conciliações da base de dados utilizadas no modelo: aging de realização dos contratos derivativos (b) conciliação da projeção de resultados utilizados como base para análise de recuperabilidade com o orçamento aprovado pela Administração (c) memorando documental da análise de realização dos saldos de tributos diferidos em conformidade com o IAS 12/ CPC 32.

Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as análises de realização do imposto de renda e contribuição social diferido. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração

A análise de recuperabilidade do imposto diferido é realizada com base no Business Plan do grupo VLI (BP) que possui um processo robusto e maduro, desenvolvido com todas as áreas da companhia, com validações de diversos níveis, técnicos, gerenciais, da diretoria da companhia e dos acionistas. Este BP oficial da companhia é a melhor visão e toda suportada pelas áreas de maior expertise em cada tema.

Ele é a base para o teste de impairment, não tendo assim o que se falar em checks e validações adicionais, pois todos são realizadas e revisados pelas pessoas de maior competência a cada tema na companhia.

Adicionalmente não recebemos qualquer reporte da auditoria sobre divergências entre valores considerados no BP e os backups apresentados.

Desde 2020 a companhia elabora e apresenta aos auditores o memorando técnico de recuperabilidade do imposto diferido e com todas as considerações conforme a regra do IAS 12/CPC 32, inclusive o porquê da companhia desde 2020 não mais reconhecer na FCA o diferido de prejuízo fiscal deixando apenas o diferido temporário que se realiza conforme BP apresentado. Para o teste de 2022 os auditores apresentaram pela primeira vez uma discordância do posicionamento da companhia e assim a companhia realizou a baixa de R\$ 380 milhões provenientes de diferenças temporárias, zerando o saldo contábil de imposto diferido na FCA. Devido ao relato acima, a companhia entende que ocorreu a divergência de fato encontrada neste processo, foi um erro na planilha de cálculo, que foi corrigido, assim não compreendemos porque este ponto se mantém como uma deficiência significativa, que como conceituado neste documento deve ser “Deficiência significativa de controles internos é a deficiência ou a combinação de deficiências de controles internos que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança.”

A administração discorda deste ponto. Não foram identificados ajustes oriundos do reconhecimento dos créditos diferidos na FCA. Os mesmos foram baixados por discordância dos critérios de realização e não por falha de controles internos. Apesar de discordar do ponto, mas tendo como pilar de sua cultura e entender que sempre haverá oportunidades de buscar por melhoria contínua de seus processos e respectivos controles, empenhará seus melhores esforços em 2023 para a revisão e melhoria do controle de análise da realização de tributos.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

5.2 Descrição dos controles internos

Vide respostas inseridas na seção anterior.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.
 - ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.
 - iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - a. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.
 - b. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.
 - c. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, sendo responsáveis pela disseminação e prática desses princípios.

Neste sentido, (i) atitude certa: agimos sempre de forma ética, (ii) respeito às pessoas sempre e (iii) tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como fornecedores e prestadores de serviços. Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os Colaboradores estarão sujeitos a ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou desligamento, seguindo as normas da Gerência Geral de Gente da Companhia e as legislações específicas aplicáveis.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por quatro revisões até 2021. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia. Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Parceiro que é distribuído para todos os fornecedores, clientes e demais *stakeholders* e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais três documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade, Diretrizes

5.3 Programa de integridade

Para Oferta e Recebimento de Brindes, Presentes e Hospitalidades e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; patrocínios e doações; contribuições a campanhas políticas; período eleitoral; lavagem de dinheiro; relacionamento com setor público; registro de reuniões com agentes públicos; contratação de atuais e ex-agentes públicos; fiscalização de órgãos fiscais e reguladores; relacionamento com entidades de classe; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições. O segundo, trata dos processos para recebimento e concessão de brindes, presentes e hospitalidades em complemento ao normativo Diretrizes de Ética e Conformidade. Já o terceiro detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e atualmente está ligada à Diretoria Jurídica e de GRC (Governança, Gestão de Riscos e Compliance). Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são baseados na metodologia ABC (*Anti-Bribery & Corruption*):

1. *Tone from the top* (liderança pelo exemplo);
2. *Assessment* de riscos;
3. Supervisão e Recurso para o Compliance
4. Código de Conduta Ética, Políticas e Normas;
5. Comunicação e treinamentos contínuos;
6. Monitoramentos e Controles Internos;
7. *Due Diligence*;
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares;
9. *Reporting* (resultados documentados e divulgados).

A Área de Ética e Conformidade deve atuar como instância consultiva nas questões relacionadas ao Código de Conduta Ética e responde diretamente à Diretoria Jurídica e GRC e atua com autonomia e dotação orçamentária própria.

- b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros. ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados. iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé. iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Baseado nos valores da Companhia, o Canal de Ética tem como objetivo ser meio para comunicação segura e, se desejada, anônima, entre colaboradores, terceiros e a Companhia, no qual é possível reportar atos em desacordo com as políticas internas e legislações aplicáveis ou suspeitas nesse sentido. Trata-se de Canal aberto, ou seja, qualquer pessoa, ainda que não tenha vínculo com a Companhia, pode entrar em contato para reportar uma (suspeita de) irregularidade, incluindo, clientes, fornecedores, terceiros e a comunidade em geral.

O acesso ao canal ocorre das seguintes maneiras: 1) via site ou telefone, inclusive secretária eletrônica (divulgados amplamente nos meios de comunicação: site institucional da Companhia, intranet, assinaturas de e-mail, PGS de Ética e divulgado nos treinamentos) 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Ainda, uma denúncia pode ser realizada junto a qualquer gestor da Companhia, que deverá informar a área de Ética sobre a situação.

A partir de 08 de março de 2022 o Canal de Ética conta com uma nova funcionalidade especialmente para as mulheres. As denunciante poderão optar por abrir o seu relato por telefone e serem escutadas exclusivamente por uma atendente do sexo feminino, especializada no recebimento de denúncias, dentre elas psicólogas.

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (opção 3, exclusivo para mulheres).

Site: www.canaldeetica.com.br/vli

Ao entrar em contato por telefone, de segunda-feira a sexta-feira, no período das 10h às 18h, o relator tem acesso a um analista isento da empresa terceira, que coleta os dados da denúncia e

5.3 Programa de integridade

faz questionamentos pertinentes para elevar a qualidade do relato e permitir melhor apuração. Em contato fora deste período, o relator deixa sua mensagem gravada por meio da secretária eletrônica e os analistas da empresa a transcrevem e analisam a denúncia posteriormente.

As denúncias são registradas, verificadas e investigadas, pela Gerência de Ética e Conformidade, área responsável pelo recebimento das denúncias. No entanto, as denúncias referentes aos Diretores da Companhia são recebidas pela área de Auditoria Interna e discutidas com Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da Companhia.

Com o objetivo de evitar a retaliação aos denunciantes e pessoas que colaboram com a apuração de relatos, a Companhia conta com proibição expressa nesse sentido em seu Código de Conduta Ética. Se identificada essa prática o infrator está sujeito a medidas disciplinares, incluindo o seu desligamento.

- c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

Não houve casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia, no exercício de 2022, não revisou sua Política de Riscos nem o seu programa de gerenciamento de riscos. A previsão para revisão é no final do exercício de 2023.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há informações relevantes que já não foram destacadas nos itens anteriores.